



**Público**

21-06-2019

**Periodicidade:** Diário

**Classe:** Informação Geral

**Âmbito:** Nacional

**Tiragem:** 31885

**Temática:** Justiça

**Dimensão:** 1287 cm<sup>2</sup>

**Imagem:** S/Cor

**Página (s):** 1/14

# Mais de 200 polícias acusados de peculato e falsificação

Maioria pertence a esquadras de Seixal, Almada e Setúbal. Trocavam passes dos transportes, gratuitos para os agentes da autoridade, por dinheiro **Sociedade, 14**

# Mais de 200 polícias acusados de peculato e falsificação

O Ministério Público quer fazer sentar no banco dos réus cerca de duas centenas e meia de agentes da PSP, incluindo oficiais. Acusa-os dos crimes de peculato e falsificação de documento

**Justiça**  
Ana Henriques

Revelado pelo PÚBLICO em 2015, o esquema fraudulento em que estavam envolvidos centenas de polícias consistia na troca dos passes dos transportes – gratuitos para os agentes da autoridade – por dinheiro. A maioria dos polícias envolvidos pertence às esquadras dos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal. Para receberem o dinheiro contavam com a cumplicidade de funcionários da operadora rodoviária Transportes Sul do Tejo, que lhes cobrava uma comissão de cerca de 15% em troca do favor. Foi na sequência da notícia do PÚBLICO que os agentes começaram a ser investigados.

“Todos os agentes que eram arguidos foram acusados de peculato e falsificação. São perto de 300 pessoas, incluindo oficiais”, confirma o presidente do Sindicato Unificado da Polícia, Peixoto Rodrigues, para quem esta prática não constitui crime algum, uma vez que os agentes têm direito ao passe gratuito e, portanto, o Estado “não é lesado em nada”.

Já a Direcção Nacional da PSP diz que aguardará até à última sentença que venha a ser proferida pela justiça para aplicar “medidas disciplinares definitivas”. Não explica se entretanto pretende manter estes homens e mulheres ao serviço, como de resto tem feito até agora. Garante, porém, que os processos disciplinares que abriu não correm o risco de prescrever.

“Qualquer situação que não se enquadre legal e moralmente dentro dos princípios normativos e institucionais em vigor na organização será, como sempre foi, alvo da acção disciplinar e criminal, nos termos da lei”, refere ainda a direcção nacional.

Até o esquema ser noticiado, os polícias levantavam todos os meses nas esquadras as requisições que lhes permitiam carregar os passes nos quiosques e *gúichets* das operadoras de transportes. Aos que não precisavam de usar transportes públicos, bem como aqueles que



Foi uma investigação do PÚBLICO que desencadeou o processo que agora chega à fase de acusação

conseguiram utilizá-los sem pagar por estarem fardados, dava jeito este dinheiro extra – que, na altura, podia chegar aos 90 euros mensais, já depois de paga a respectiva comissão aos funcionários cúmplices.

Há quatro anos, o PÚBLICO testemunhou, ao longo de três meses, notas a mudarem de mãos no senti-

**O esquema consistia em trocar os passes por dinheiro, com a cumplicidade de funcionários da rodoviária**

do inverso ao habitual no *gúichet* dos Transportes Sul do Tejo de Cacilhas, local preferencial para a troca das requisições por dinheiro. As notas eram entregues aos agentes da autoridade dentro de um folheto informativo. Questionados sobre o motivo de estarem a pagar aos polícias, os funcionários recusaram-se a dar qualquer explicação.

Depois de ter começado no Tribunal de Almada, o inquérito passou para a secção do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, onde são investigados crimes relacionados com a corrupção. A magistrada que o dirigiu não tornou público o despacho de acusação, por não ter notificado ainda todos os arguidos.

Apesar de esta prática ter durado

vários anos, os polícias só estão a ser acusados pelos delitos cometidos mais recentemente. É possível que o sistema de *chips* dos cartões, que fornece informação sobre o último carregamento e a última validação do título de transporte durante a viagem, não tivesse permitido recuar mais.

As fragilidades do sistema de disponibilização dos passes gratuitos aos polícias até meados de 2015 será, de resto, um dos principais argumentos da defesa dos arguidos. “Pode não haver prova suficiente de peculato e falsificação”, equaciona uma das advogadas do Sindicato dos Profissionais de Polícia, Inês Barosa Pereira, explicando que havia quiosques e esquadras onde não existia controlo sobre quem ia buscar as

senhas e carregar os títulos de transporte.

Essa é também a opinião de Peixoto Rodrigues: que foi a falta de controlo a proporcionar este tipo de situações. Prova disso, aponta, foi a publicação de uma portaria já em 2017 a regular a utilização e carregamento dos passes. “Mas em Portugal o Ministério Público acusa tudo e todos. Veremos se os juízes têm o mesmo entendimento”, atira o dirigente sindical.

Ainda é cedo para saber se o caso irá mesmo a julgamento, uma vez que haverá arguidos que irão pedir abertura da instrução do processo, numa tentativa de que o caso ainda possa ser arquivado.

ana.henriques@publico.pt